



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA-PA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO N.º 006/2021

A Comissão Permanente de Licitação - CPL da PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA - PA, por solicitação da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED, e no uso de suas funções, dá prosseguimento nesta data ao Processo Administrativo n.º 140421-01 - PMS-SEMAD, tendo o presente processo objetivo de galgar a DISPENSA DE EMERGENCIAL LICITAÇÃO, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA, PARA A PRODUÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIAS/FUNDOS: EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SALVATERRA.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

. Art. 24. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Não obstante, a própria Constituição Federal, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, **ressalva que a lei ordinária poderá fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de**



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA-PA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

licitar, que é o que se observa nos dispositivos dos artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93, que tratam, respectivamente, de dispensa e inexigibilidade de licitação, vejamos o que diz o inciso XXI do art. 37 da CF abaixo citado:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Destarte, no caso em tela, tal contratação se daria por meio de Dispensa de Licitação, que possibilitaria a celebração direta de contrato entre a Administração e o particular, nos casos estabelecidos no art. 24, da Lei 8.666/93.

Observa-se que a lei enumerou expressamente as hipóteses de dispensa de licitação, sendo este rol taxativo, isto é, a Administração somente poderá dispensar-se de realizar a competição se ocorrer uma das situações previstas na lei federal.

Nesse sentido, *in casu*, entendemos ser possível tal contratação, através de dispensa de licitação fundamentada no inciso IV do art. 24 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, por ser uma situação **emergencial** e/ou de **calamidade pública**, senão vejamos:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de **emergência** ou de **calamidade pública**, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA-PA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;"

"**Emergência**", na escoreita lição Hely Lopes Meirelles, é assim delineada:

"A **emergência** caracteriza-se pela urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a incolumidade ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, exigindo rápidas providências da Administração para debelar ou minorar suas consequências lesivas à coletividade." (Direito Administrativo Brasileiro, 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 253).

Doravante, iniciaremos a dissertação acerca do instituto da dispensa de licitação, mais especificamente nos casos de emergência, tendo sempre como parâmetros os princípios da moralidade e impessoalidade na atuação da administração pública.

Para Justen Filho (2002, p. 234),

A dispensa de licitação verifica -se em situações em que, embora viável a competição entre particulares, a licitação afigura -se objetivamente inconveniente ao interesse público. Toda licitação envolve uma relação de custos e benefícios. Há custos econômicos propriamente ditos, derivados do cumprimento dos atos materiais da licitação (publicação pela imprensa, realização de testes laboratoriais etc.) e da alocação de pessoal. Há custos de tempo, referentes à demora para desenvolvimento dos atos da licitação. Podem existir outras espécies de custos, a serem examinadas caso a caso. Em contrapartida, a licitação produz benefícios para a Administração. Esses benefícios consistem em que a Administração efetivará (em tese) contratação mais vantajosa do que realizaria se a licitação não tivesse existido. Muitas vezes, sabe-se de antemão que a relação custo-benefício será desequilibrada. Os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir. Logo, o procedimento licitatório acarretará o sacrifício do interesse público. Impõe-se a contratação direta porque a licitação é dispensável.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA-PA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Segundo o autor, as hipóteses de dispensa de licitação podem ser classificadas segundo o ângulo de manifestação de desequilíbrio na relação custo/ benefício, do seguinte modo: a) custo econômico da licitação; b) custo temporal da licitação; c) ausência de potencialidade de benefício; e d) destinação da contratação (JUSTEN FILHO, 2002).

A dispensa por “**emergência**”, pois, encontra -se respaldada no seu custo temporal, uma vez que a demora no atendimento de algumas situações pode acarretar danos irreversíveis para a sociedade e para o Município de Salvaterra.

Percebe-se, pois, que o interesse público sempre deve estar presente nas dispensas de licitações, o que não significa sobrepor-se ao princípio da isonomia. Ao se dispensar uma licitação, os eventuais concorrentes deverão gozar de tratamento isonômico pela Administração Pública, afastando, desta forma, o personalismo. O que se vê na realidade, porém, é bem diferente da teoria.

Aludido instituto tem provocado grandes polêmicas no âmbito da Administração Pública quando é invocado pelos órgãos licitadores, submetidos aos ditames da Lei nº 8.666/ 93. Aliás, não só tem causado controvérsias e escândalos revelados pela mídia, bem como inquéritos, sindicâncias, demissões de funcionários públicos de alto e baixo escalão que, por ignorância ou má fé, pretendem usar e abusar do instituto logo que a “necessidade” se faz presente.

A lei é clara e não permitem equívocos, apontando as hipóteses taxativas em que a dispensa pode e deve ser exercitada, não permitindo interpretações ampliadas para se eximirem da obrigatoriedade de licitar. Assim, o art. 24 elenca os casos em que a licitação é dispensável. Entretanto, nunca é ocioso dizer que, com certa frequência, o inciso IV do art. 24 é invocado indevida e propositadamente, servindo - se o intérprete de má fé dos vocábulos emergência e urgência, naquele inciso insertos, para encobrir um mau planejamento da Administração.

Conforme já comentado, dentre as hipóteses de dispensa de licitação, encontra-se a situação emergencial, prevista no inciso IV do artigo 24, da Lei nº. 8.666/ 93, in verbis:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...) IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos. (BRASIL, 1993).





ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA-PA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Para Amaral (2001), essa hipótese não é de dispensabilidade de licitação, mas sim de dever jurídico de contratar sem licitação, uma vez que a situação emergencial exige providências rápidas, não podendo aguardar um procedimento lento e burocrático.

Entretanto, esse dispositivo tem sido, com alguma frequência, mal interpretado ou utilizado de forma desvirtuada pelos agentes públicos em geral, devido ao fato de que, na prática, vem -se desprezando um ou alguns dos requisitos ou utilizando -se de uma exegese ampliadora dos seus limites. A jurisprudência, outrora admitindo amplamente a caracterização da emergência, vem restringindo cada vez mais a sua amplitude de tal modo que, na atualidade, o balizamento sobre a sua utilização está bastante definido.

O aludido inciso refere -se a duas situações que dão ensejo à dispensa de licitação: a emergência e a calamidade pública. Discorrendo sobre o assunto, Meirelles esclarece:

[...] A emergência caracteriza-se pela urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a incolumidade ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, exigindo rápidas providências da Administração para debelar o minorar suas consequências lesivas à coletividade. (...) Calamidade pública é a situação de perigo e de anormalidade social decorrente de fatos da natureza, tais como inundações devastadoras, vendavais destruidores, epidemias letais, secas assoladas e outros eventos físicos flagelantes que afetem profundamente a segurança ou a saúde públicas, os bens particulares, o transporte coletivo, a habitação ou o trabalho em geral [...]. (MEIRELLES, 2007: 281, grifo do autor).

A calamidade pública, pois, é um caso especial de emergência, provocada por fatores anormais e adversos que afetam gravemente a comunidade, privando-a do atendimento de suas necessidades básicas. Deve ser reconhecida e declarada pelo poder público, através de decreto do Executivo, delimitando a área flagelada e determinando tanto as medidas a serem tomadas como as autoridades incumbidas de tal papel, para que fiquem habilitadas a realizar obras, serviços e compras com dispensa de licitação. (MEIRELLES, 2007)

Manifestando -se sobre a matéria, Fernandes (2000, p. 313) ensina que :

[...] para melhor explicitação do assunto, seria conveniente distinguir caso de emergência da situação de emergência, empregando o primeiro termo para a avaliação restrita a órgão ou entidade, e o segundo para o que o Decreto referido entende como a circunstância que deve ser



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA-PA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

*formalizada por um ato administrativo – portaria ministerial.
[...]*

-Ademais, segundo o magistério de Meirelles,

[...] a emergência há de ser reconhecida e declarada em cada caso, a fim de justificar a dispensa da licitação para obra, serviços, compras ou alienações relacionadas com a anormalidade que a Administração visa corrigir, ou com o prejuízo a ser evitado. Nisto se distingue dos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública em que a anormalidade ou risco é generalizado, autorizando a dispensa de licitação em toda a área atingida pelo evento. (MEIRELLES, 1998: 94, grifo do autor).

Superada essa distinção, ocupar-se-emos doravante somente com os aspectos relacionados à “emergência”, objeto de nosso estudo. Como se vê, para que a hipótese de emergência possibilite a dispensa de licitação, não basta que o gestor público entenda dessa forma. Necessário se faz a comprovação da situação emergencial, caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto.

A dispensa por emergência tem lugar quando a situação que a justifica exige da Administração Pública providências rápidas e eficazes para debelar ou, pelo menos, minorar as consequências lesivas à coletividade. Nesse sentido, ensina Antônio Carlos Cintra do Amaral:

“.. A emergência é, a nosso ver, caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. Quando a realização de licitação não é incompatível com a solução necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência. (AMARAL, 2001:4).

Deve haver, portanto, direta correlação entre o significado da palavra “emergência” e o tempo necessário à realização de licitação. Aqui, o termo “emergência” diz respeito à necessidade de atendimento imediato a certos interesses, diferentemente do sentido vulgar do termo, em que significa uma “situação crítica; acontecimento perigoso ou fortuito; incidente”. (FERREIRA, 1989, p. 634).



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA-PA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Em outras palavras, a emergência é um conceito relacional entre a situação fática anormal e a realização de certos valores. A ocorrência anômala conduzirá ao sacrifício desses valores se for mantida a disciplina estabelecida como regra geral. A Administração Pública, então, abre mão das regras padrão em prol da satisfação do interesse público.

Segue a definição de Marçal Justen Filho:

No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento a certos interesses. Demora em realizar a prestação produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização do sacrifício a esses valores. (JUSTEN FILHO, 2002:239).

Examinando de forma perfunctória essas conceituações, poderíamos concluir que o simples argumento da urgência sempre poderia ser a legado e a regra de dispensa sempre utilizada, mas não se pode olvidar que este instituto é a exceção e não a regra. Assim, este dispositivo deve ser interpretado como os casos onde o decurso do tempo necessário ao procedimento licitatório normal impediria a adoção da medida indispensável para evitar danos irreparáveis. Essa atividade acautelatória é de interesse público. Portanto, é o interesse social, e não o da Administração, que é determinante para a não realização de licitação.

Impende destacar, neste ponto, a distinção entre dois institutos bem próximos, quais sejam urgência e emergência. Conforme nos ensina o prof. Caldas Furtado,

[...] não se pode confundir urgência com emergência; esta última combina urgência com imprevisibilidade. Qualquer despesa pode se tornar urgente, desde que as providências necessárias para a sua satisfação não sejam tomadas no tempo certo. (FURTADO, 2009:147).

Ou seja, esse conceito de emergência capaz de justificar a dispensa do procedimento licitatório deve estar respaldado em situação real decorrente de fato imprevisível ou, embora previsível, que não possa ser evitado:

Após a posse do novo gestor municipal, cujo primeiro mandato se iniciou em 1º de janeiro de 2021, um dos primeiros problemas a ser enfrentado foi encontrar a Prefeitura com estoques de medicamentos, gêneros alimentícios, materiais de limpeza e consumo zerados, com contratos vencíveis em 31 de dezembro de 2020 e improrrogáveis. Encontrar uma fórmula legal de manter em funcionamento os serviços essenciais do Município até a conclusão de novos processos licitatórios visando à aquisição de bens e serviços o gestor





ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA-PA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

optou por Decreto Municipal, declarando situação de emergência no Município de Salvaterra, e contratar todos os bens e serviços com base no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Assim, apresentamos a seguir, as razões que nos levam a entender viável e justificada a Dispensa Emergencial de Licitação, se tratando de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA, PARA A PRODUÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIAS/FUNDOS: EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SALVATERRA**, também dotados de habitualidade e essencialidade, cujo objeto corresponde a obrigação de fazer e a necessidades permanentes.

(1) O que é necessidade pública permanente?;

“(…)

Necessidade permanente está relacionada com o fim público almejado pela Administração. Se este fim público persistir inalterado por um prazo longo de tempo, podemos afirmar que a necessidade dessa atividade estatal é permanente. A necessidade pública permanente é aquela que tem que ser satisfeita, sob pena de inviabilizar a consecução do objetivo público. Ou seja, tem que ser uma atividade essencial para se atingir o desiderato estatal.

Haja vista que estes (como aqueles) aludem à *necessidade pública de índole permanente, contínua e renovada*, cuja essencialidade - atinente, neste caso, aos direitos fundamentais à vida (art. 5º, *caput*, da CF/88) e à saúde (art. 6º, *caput*, c/c art. 196, da CF/88), bem como à integridade física e à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF/88) - torna “muito problemático interromper sua prestação, risco que poderia ser desencadeado se houvesse necessidade de promover licitação neste momento, redundando em deferência não apenas à dignidade da pessoa humana (*interesse individual*), mas também à dignidade do todo social (*interesse geral*), uma vez que vai ao encontro dos princípios da *economicidade* na gestão dos recursos públicos (art. 70, *caput*, da CF/88) e da *continuidade de serviços públicos*, sobretudo naqueles em que sobressai o caráter da *essencialidade* [17] (art. 22, *caput*, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa e Proteção do Consumidor) - ditame pertinente, na circunstância em estudo, ao funcionamento de unidades de saúde -, alicerces dos princípios da *supremacia e indisponibilidade do interesse público* (art. 1º, *caput*, II, III, parágrafo único c/c art. 3º, IV, 1ª parte, todos da CF/88, c/c art. 2º, *caput*, parágrafo único, II e III, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a Lei do Processo Administrativo Federal [18]) e corolários do dever estatal de *eficiência* (art. 37, *caput*, da CF/88) - inclusive de *eficácia*, a ele inerente [19] - e da consequente exigência de *adequado planejamento* das ações do Poder Público.

Portanto torna-se conveniente, a título de solução de continuidade, contrato de emergência calçado no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, considerando a similaridade entre o fornecimento contínuo e a prestação de serviços contínuos, vez que a falta de ambos “paralisa ou retarda o trabalho, de sorte a comprometer a correspondente função do órgão ou entidade



**ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA-PA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Mediante *interpretação extensiva* do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 (amparada nos princípios da *dignidade da pessoa humana*, da *supremacia e indisponibilidade do interesse público*, da *continuidade de serviço público*, da *eficiência*, da *eficácia* e da *economicidade*, bem assim do respeito aos direitos fundamentais à *vida*, à *integridade física* e à *saúde*), bem como da *necessidade pública* (caráter ininterrupto, indispensável e de longo prazo).

Por outro lado entende-se que a abertura de um novo processo de licitação demandaria muito tempo, prejudicando irreparavelmente esta Administração e em seguida a população usuária do sistema, optamos pela dispensa emergencial de licitação.

Decidiu-se abrir processo administrativo para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA, PARA A PRODUÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIAS/FUNDOS: EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SALVATERRA**, amparado pelo presente no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, levando em consideração o que dispõe o Decreto emergencial Nº 50 de 19 de janeiro de 2021 e Decreto Nº 71 de 14 de abril de 2021, constante aos autos, considerando que o preço se encontra totalmente conivente com o mercado conforme pesquisa de preço realizado e atestada pelo Setor de compras, e que a abertura de um processo de licitação demandaria de tempo, prejudicando irreparavelmente esta administração e em seguida a população.

É de bom grado registrar que a Prefeitura Municipal de Salvaterra - PA tem suas ações baseadas nos princípios que regem a administração pública insculpida no artigo 37, caput da Constituição Federal, estando estes (isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência) presentes em suas práticas administrativas, uma vez que prima pelo interesse público.

RAZÃO DA ESCOLHA

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços, tendo a Empresa **GRÁFICA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EIRELI - CNPJ Nº 14.809.069/0001-75**, apresentado os menores preços e compatíveis com os praticados no mercado e demais órgãos da Administração.

O fornecimento da presente serviços disponibilizado pela empresa supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando esta vinculada apenas pela verificação do critério do menor preço.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas, conforme a Instrução Normativa Nº 3, de 20 de abril de 2017 (Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão).



**ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA-PA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

A despeito desta assertiva, o TCU já se manifestou:

“adotar como regra a realização de coleta de preços nas contratações de serviço e compras dispensadas de licitação com fundamento no art. 24, inciso II, da lei n. 8.666/93” (Decisão nº 678/95-TCU-Plenário, Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha. DOU de 28. 12.95, pág. 22.603).

“Proceda, quando da realização de licitação, dispensa ou inexigibilidade, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório (...).” Acórdão 1705/2003 Plenário.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a Dispensa emergencial de Licitação.

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige, no mínimo, três licitantes.

De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o fornecimento e/ou serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos I, II, III, IV.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando do **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA, PARA A PRODUÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIAS/FUNDOS: EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SALVATERRA**, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA-PA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O preço cobrado pela empresa **GRÁFICA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EIRELI - CNPJ Nº 14.809.069/0001-75**, pelo serviço do objeto segue descrito abaixo, conforme mapa de apuração, constantes nos autos, tendo o Setor Compras procedido análise de mercado, constatando que o mesmo é compatível com as demais empresas do ramo conforme as propostas anexa aos autos com seu devido mapa de apuração.

SEMAD					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ALVARA EM CORES EM PAPEL AP 180 GR	UND	1000	R\$ 1,70	R\$ 1.700,00
2	AUTO DE INFLAMAÇÃO, MULTA E ADVERTENCIA	BLOCOx100	10	R\$ 48,00	R\$ 480,00
3	CAPA DE CARNE DE IPTU EM POLICROMIA NO PAPEL COUCHE 115G	UND	10000	R\$ 1,44	R\$ 14.400,00
4	BLOCO DE TM4-250X3 VIAS CARBONADO	BLOCO	100	R\$ 21,50	R\$ 2.150,00
5	BLOCO DE TM3-250X3 VIAS CARBONADO	BLOCO	100	R\$ 26,50	R\$ 2.650,00
6	BLOCO DE REQUISIÇÃO 50X3 VIAS CARBONADAS	BLOCO	30	R\$ 45,00	R\$ 1.350,00
7	CAPA DE CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO C.D.R.U	UND	3000	R\$ 2,80	R\$ 8.400,00
8	CAPA E CONTRA CAPA TITULO DE PERPETUIDADE	UND	3000	R\$ 2,80	R\$ 8.400,00
9	CAPA TITULO DE DIVISA	UND	3000	R\$ 2,80	R\$ 8.400,00
10	CONTRA CAPA DE CARNE DE IPTU EM POLICROMIA NO PAPEL COUCHE 115G	UND	10000	R\$ 1,44	R\$ 14.400,00
11	ENTRE CAPA COM LOGOMARCA	UND	2000	R\$ 2,80	R\$ 5.600,00
12	LIVRO DE REGISTRO DE C.F.R.U	UND	50	R\$ 192,00	R\$ 9.600,00
13	REQUERIMENTO PADRAO	BLOCOx100	10	R\$ 48,00	R\$ 480,00
14	TERMO: APREENSAO, DEPOSITO, EMBARGO/INTERDIÇÃO	BLOCOx100	10	R\$ 48,00	R\$ 480,00
Valor total					R\$ 78.490,00

SEMAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
15	FICHA DA CRIANÇA BLC x100	BLOCO	300	R\$ 35,00	R\$ 10.500,00
16	FICHA DE REFERENCIAMENTO	BLOCOx100	300	R\$ 35,00	R\$ 10.500,00
17	FICHA DE FREQUENCIA	BLOCOx100	300	R\$ 35,00	R\$ 10.500,00
18	FICHA DE CADASTRO	BLOCO 50x3	300	R\$ 35,00	R\$ 10.500,00
19	LAUDO SOCIAL COLORIDO	BLOCOx100	300	R\$ 35,00	R\$ 10.500,00
20	VISITA DOMICILIAR	BLOCOx100	300	R\$ 35,00	R\$ 10.500,00
Valor total					R\$ 63.000,00

SEMUSA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
21	ABERTURA DE PRONTUARIO	UND	3000	R\$ 0,50	R\$ 1.500,00
22	ATESTADO MEDICO	UND	2000	R\$ 0,22	R\$ 440,00
23	CARDENETA DE GESTANTE	UND	1600	R\$ 14,64	R\$ 23.424,00
24	CARDENETA DE SAUDE DA CRIANÇA	UND	1000	R\$ 12,00	R\$ 12.000,00
25	CARTEIRA DE SAUDE (VIGILANCIA) FRENTE E VERSO	UND	2000	R\$ 0,60	R\$ 1.200,00
26	CARTEIRA DE VACINA FRENTE E VERSO	UND	2000	R\$ 0,60	R\$ 1.200,00
27	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO	UND	2000	R\$ 0,36	R\$ 720,00
28	ESUS ATENDIMENTO INDIVIDUAL	UND	4000	R\$ 0,40	R\$ 1.600,00





ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA-PA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

29	ESUS ATENDIMENTO INDIVIDUAL ODONTOLOGICO	UND	2000	R\$ 0,42	R\$ 840,00
30	ESUS ATIVIDADE COLETIVA	UND	2000	R\$ 0,42	R\$ 840,00
31	ESUS CADASTRO INDIVIDUAL	UND	3000	R\$ 0,40	R\$ 1.200,00
32	ESUS MARCADORES ALIMENTARES	UND	2000	R\$ 0,44	R\$ 880,00
33	ESUS NOTIFICA COVID	UND	3000	R\$ 0,62	R\$ 1.860,00
34	ESUS PROCEDIMENTOS	UND	3000	R\$ 0,30	R\$ 900,00
35	ESUS VACINAÇÃO	UND	3000	R\$ 0,36	R\$ 1.080,00
36	ESUS VACINAÇÃO COVID	UND	4000	R\$ 0,62	R\$ 2.480,00
37	ESUS VISITA DOMICILIAR	UND	3000	R\$ 0,46	R\$ 1.380,00
38	FICHA DE EVOLUÇÃO DE PACIENTE PARA TFD PACIENTE FRENTE E VERSO	UND	3000	R\$ 0,42	R\$ 1.260,00
39	FICHA DE CONTASTAÇÃO DE ÓBITO	UND	2000	R\$ 0,40	R\$ 800,00
40	FICHA REFERENCIA	UND	3000	R\$ 0,40	R\$ 1.200,00
41	FICHA DE REGISTRO DIARIO DO SERVIÇO ANTIVETORIAL (DENGUE) FRENTE E VERSO	UND	2000	R\$ 0,52	R\$ 1.040,00
42	FICHA DE CONTROLE DE LEISHMANIOSE	UND	2000	R\$ 0,75	R\$ 1.500,00
43	FICHA DE CONTROLE DE SINAIS VITAIS	UND	2000	R\$ 0,40	R\$ 800,00
44	FICHA DE EVOLUÇÃO MEDICA POR PACIENTE	UND	5000	R\$ 0,27	R\$ 1.350,00
45	FICHA DE EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM	UND	5000	R\$ 0,24	R\$ 1.200,00
46	FICHA DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR BUSCA DE CASOS	UND	2000	R\$ 0,42	R\$ 840,00
47	FICHA DE ADMISSAO HOSPITALAR	UND	5000	R\$ 0,35	R\$ 1.750,00
48	FICHA DE LAUDO MEDICO PARA EMISSAO DE AIH	UND	5000	R\$ 0,35	R\$ 1.750,00
49	FICHA DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS	UND	2000	R\$ 0,36	R\$ 720,00
50	FICHA DE PRONTO ATENDIMENTO	UND	3000	R\$ 0,29	R\$ 870,00
51	FORMULARIO DE ATENDIMENTO DO SI-CTA FRENTE E VERSO	UND	3000	R\$ 0,48	R\$ 1.440,00
52	LAUDO DE RESULTADO	UND	2000	R\$ 0,52	R\$ 1.040,00
53	LAUDO DE PROCEDIMENTO	UND	2000	R\$ 0,30	R\$ 600,00
54	PRONTUARIO DE CONTINUAÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA EVOLUÇÃO DO PACIENTE	UND	3000	R\$ 0,47	R\$ 1.410,00
55	PLANILHA DE DDA (CASOS DE DIARREIA)	UND	2000	R\$ 0,57	R\$ 1.140,00
56	PRONTUARIO MEDICO	UND	3000	R\$ 0,34	R\$ 1.020,00
57	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO - AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS	UND	3000	R\$ 0,45	R\$ 1.350,00
58	LAUDO TESTE COVIS AB	UND	3000	R\$ 0,62	R\$ 1.860,00
59	LIVRO PRE NATAL	UND	3000	R\$ 0,68	R\$ 2.040,00
60	REQUISIÇÃO DE EXAMES AB	UND	4000	R\$ 0,34	R\$ 1.360,00
61	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA	UND	3000	R\$ 0,36	R\$ 1.080,00
62	REQUISIÇÃO DE EXAMES CITOPATOLOGICO PCCU	UND	3000	R\$ 0,48	R\$ 1.440,00
63	SINAN ANIMAIS PEÇONHENTOS	UND	3000	R\$ 0,36	R\$ 1.080,00
64	SINAN ANTI-RABICO HUMANO	UND	3000	R\$ 0,34	R\$ 1.020,00
65	SINAN DENGUE E CHIKUNGUNIA	UND	3000	R\$ 0,75	R\$ 2.250,00
66	SINAN GESTANTE HIV	UND	3000	R\$ 0,58	R\$ 1.740,00
67	SINAN SIFILIS CONGENITA	UND	3000	R\$ 0,58	R\$ 1.740,00
68	SINAN SIFILIS EM GESTANTE	UND	3000	R\$ 0,58	R\$ 1.740,00
69	REQUISIÇÃO SECRETARIA COM SEGUNDA FOLHA COM CARBONO	UND	5000	R\$ 0,34	R\$ 1.700,00
70	RECEITUARIO	UND	100000	R\$ 0,22	R\$ 22.000,00
71	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	UND	2000	R\$ 0,52	R\$ 1.040,00





ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA-PA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

72	TERMO DE CONSENTIMENTO	UND	2000	R\$ 0,52	R\$ 1.040,00
Valor total					R\$ 119.754,00

SEMED					
73	BOLETIM ESCOLAR EM POLICROMIA NO PAPEL AP 150GR. F9 EM POLICROMIA	UND	1000	R\$ 2,28	R\$ 2.280,00
74	BOLETIM ESCOLAR 1, 2 E 3 ANOS POLICROMIA NO PAPEL AP 150GR. F9 EM POLICROMIA	UND	700	R\$ 2,28	R\$ 1.596,00
75	BOLETIM DE AVALIAÇÃO PRE I E II POLICROMIA NO PAPEL AP 150GR. F9	UND	700	R\$ 2,28	R\$ 1.596,00
76	BOLETIM DE AVALIAÇÃO MATERNAL POLICROMIA NO PAPEL AP 150GR. F9 EM POLICROMIA	UND	650	R\$ 4,68	R\$ 3.042,00
77	BLOCO DE TICKET ABASTECIMENTO DE COMBUSTIVEL TAMANHO 50X30cm EM 3 VIAS, A 1 VIA AP 75GR. A 2 VIA SUPERBOND E 3 VIA PAPEL JORNAL NUMERADA	BLOCO	100	R\$ 21,60	R\$ 2.160,00
78	CAPA DE PROCESSO EM CARTOLINA BRANCA TAMANHO 46X33cm	UND	1.050	R\$ 2,88	R\$ 3.024,00
79	CADERNETA EM POLICROMIA COM 56 FOLHAS FRENTE E VERSO, CAP AP 150g miolos.	UND	700	R\$ 25,80	R\$ 18.060,00
80	DIARIO DE CLASSE 1/3 ANOS CAPA EM POLICROMIA NO PAPEL AP 75GR. EM POLICROMIA	UND	300	R\$ 25,80	R\$ 7.740,00
81	DIARIO DE CLASSE INFANTIL. CAPA EM POLICROMIA NO PAPEL AP 75GR. EM POLICROMIA	UND	200	R\$ 25,80	R\$ 5.160,00
82	DIARIO DE CLASSE 5/8/EJA. CAPA EM POLICROMIA NO PAPEL 75GR. EM POLICROMIA	UND	200	R\$ 25,80	R\$ 5.160,00
83	DIARIO DE CLASSE 5/5 ANO 4 SERIE CAPA EM POLICROMIA NO PAPEL AP 75GR. EM POLICROMIA	UND	350	R\$ 25,80	R\$ 9.030,00
84	FICHAS DE CRECHE 21X31cm. 1X1 NO PAPEL AP 75GR. Maternal II.	UND	1.000	R\$ 2,38	R\$ 2.380,00
85	FICHAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL 21X31 NO PAPEL AP 75GR. PRÉ-ESCOLA.	UND	1.000	R\$ 2,38	R\$ 2.380,00
86	FICHA PARA ACOMPANHAMENTO NO PAPEL AP 75gr.	UND	300	R\$ 2,38	R\$ 714,00
87	FICHA INDIVIDUAL DE LOTAÇÃO DO SERVIDOR NO PAPEL AP 75gr.	UND	500	R\$ 1,32	R\$ 660,00
88	Formulário de registro aee no papel ap 75gr	UND	500	R\$ 3,00	R\$ 1.500,00
89	FICHA DE CADASTRO INDIVIDUAL DO SERVIDOR NO PAPEL AP 75gr.	UND	500	R\$ 1,32	R\$ 660,00
90	Livros nº 00 do panaic , capa e contra capa em policromia e miolo com 60 paginas.	UND	30	R\$ 182,00	R\$ 5.460,00
91	Livros nº 01 do panaic, capa e contra capa em policromia e miolo com 132 paginas	UND	50	R\$ 228,00	R\$ 11.400,00
92	HISTORICO ESCOLAR NO PAPEL AP 175GR.	UND	1.000	R\$ 1,14	R\$ 1.140,00



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA-PA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	F-9 V-Anos Iniciais				
93	HISTORICO ESCOLAR DE ENSINO FUNDAMENTAL NO PAPEL AP 175GR. F-9- Anos Finais.	UND	1.000	R\$ 1,17	R\$ 1.170,00
94	HISTORICO ESCOLAR DE ENSINO FUNDAMENTAL 0 A 9 ANOS NO PAPEL AO 175GR. F-9	UND	300	R\$ 1,17	R\$ 351,00
95	HISTORICO ESCOLAR COM REGISTRO NO PAPEL AP 175GR. F-9	UND	1.000	R\$ 5,95	R\$ 5.950,00
96	MAPA DE MATRICULA DE ENSINO FUNDAMENTAL E EJA no Papel AP 75gr.	UND	350	R\$ 2,52	R\$ 882,00
97	MEMORANDO NO PAPEL 75GR. MONOCROMIA	UND	500	R\$ 1,15	R\$ 575,00
98	ORGANIZADOR CURRICULAR EM POLICROMIA NO PAPEL AP75GR FRENTE E VERSO COM CAPA PVC ENCARNENADO	UND	700	R\$ 28,00	R\$ 19.600,00
99	REQUERIMENTO NO PAPEL 75GR. MONOCROMIA F/V	UND	1000	R\$ 2,46	R\$ 2.460,00
100	RESSALVAS NO PAPEL 75GR	UND	600	R\$ 1,32	R\$ 792,00
101	REGISTRO AVALIATIVO, POLICROMIA 2 FOLHAS NO AP 75g.	UND	1.700	R\$ 3,00	R\$ 5.100,00
Valor total					R\$ 122.022,00

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

EXERCICIO 2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

04.122.0002.2007. – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças e Administração

3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso - 10010000 – Recurso Ordinário

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0002 2.019– Gestão do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso – 12110000 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.122.0002.2059 – Gestão do Fundo Municipal de Trabalho e Promoção Social

3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso - 10010000 – Recurso Ordinário

Fonte de Recurso – 13110000 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS





ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA-PA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

08.122.0002.2112' – Gestão da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social

3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso - 10010000 – Recurso Ordinário

Fonte de Recurso – 13110000 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS

08.244.0009.2073 – Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social -CRAS

3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso - 10010000 – Recurso Ordinário

Fonte de Recurso – 13110000 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0002.20978 – Gestão da Secretaria Municipal de Educação

3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso – 10010000 - Recurso Ordinário

Fonte de Recurso – 11110000 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Fonte de Recurso – 11400000 – Royalties do Petróleo Vinculados a Educação

Salvaterra, 29 de abril de 2021.

SILVIO DOS SANTOS CARDOSO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação